

## EDITORIAL

Direito & Paz, periódico do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL, está aberto à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para o desenvolvimento científico da área jurídica.

A Revista Direito & Paz, que conta com a classificação B1 no Qualis/CAPES de 2016, tem por finalidade o debate e a divulgação dos conhecimentos produzidos pelos juristas, pesquisadores e colaboradores de instituições nacionais e estrangeiras, com vistas a abrir um espaço para o intercâmbio de ideias, a produção científica e a ampliação da participação acadêmica na comunidade.

Nesse sentido, como veículo científico a Revista Direito & Paz propicia a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, estimulando, assim, o intercâmbio de informações e a discussão acadêmica sobre as mais variadas questões jurídicas relacionadas à “Concretização dos Direitos Sociais Difusos e Coletivos”, área de concentração do Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL de Lorena, e temáticas também vinculadas às seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais; 2. Direitos de Titularidade Difusa e Coletiva.

Os artigos poderão ser enviados em três línguas: inglês, espanhol e português e obedecerão às Normas da Revista quanto à publicação. Os artigos submetidos ao processo de revisão devem ser originais e inéditos e não poderão conter a identificação dos autores, pois passarão pela avaliação do “duplo cego” recomendado pela CAPES.

Os artigos, igualmente, deverão conter título em português e em inglês, resumo em português (máximo cinco linhas) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *key words*; conter no mínimo três palavras-chaves e no máximo cinco na língua portuguesa e estrangeira.

Os trabalhos deverão ser submetidos diretamente no sistema eletrônico da revista, por meio do link: <http://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/user/register> observando a seguinte formatação: uma cópia em editor Word for Windows 6.0 ou superior; limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) laudas para artigos (incluindo o resumo), a fonte utilizada deve ser Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, sem separação de sílabas, espaçamento um e meio entre linhas, parágrafo: 1,5 cm, margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm; as citações devem obedecer às regras da ABNT.

Nesta trigésima terceira edição contamos com 12 trabalhos que abordam importantes questões relacionadas aos Direitos Humanos, Fundamentais e Sociais. Nessa perspectiva, Ana Maria Viola de Sousa, discute “As Novas Estruturas do Direito de Família: relações de parentesco”. Regina Célia Martinez e Marco Antonio Lima tratam da “Vulnerabilidade do Consumidor versus Publicidade de Medicamentos”. Guilherme Camargo Massau aborda a esfera pública como espaço da necessidade e mutabilidade do controle social. Renata Alvares Gaspar e Luísa Nascimento Bustillo abordam a “Imposição de Obrigações Positivas a Empresas e Violações de Direitos Humanos: efeitos horizontais”. No contexto internacional, Alcides Francisco Antúnez Sánchez caracteriza “*La Auditoría Ambiental y el Cambio Climático en la Protección a la MADRE TIERRA*”.

Outros artigos são também de extrema relevância. Assim, por exemplo, Aline Carneiro Magalhães apresenta e Roberta Freitas Guerra discutem o “Direito fundamental à garantia de emprego: uma análise sobre a ausência de regulamentação do dispositivo constitucional que o abriga”. Adir Ubaldo Rech trata da Mobilidade Urbana. Reginaldo Pereira apresenta o “Descompasso entre a Defesa de Direitos Difusos e Avanço da Tecnologia: uma década de (não) história da regulação da nanotecnologia no Brasil”. Igor Martins Coelho Almeida e

Mônica Teresa Costa Sousa fazem uma análise do orçamento do Maranhão e possibilidade de controle social a partir da perspectiva de desenvolvimento em Amartya Sen. Luciana Costa Poli apresenta “Uma Alternativa de Acesso à Terra: arrendamento rural pelos olhos do Poder Judiciário”. Daisy Rafaela da Silva e Paládia Romeiro tratam do “Município: as atribuições constitucional e legal frente à realidade na execução da Política Ambiental” e, finalmente, BOTELHO, Tiago Resende aborda “Os Instrumentos Processuais e Constitucionais da República Federativa do Brasil na Tutela do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado”

Gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta trigésima terceira edição, bem como aos pareceristas que contribuíram com uma criteriosa avaliação dos artigos que, nesta edição colocamos a disposição dos leitores.

A todos desejamos uma excelente leitura!

Pablo Jiménez Serrano  
Coordenador  
Editor Responsável